

CADEIAS PRODUTIVAS AMAZÔNICAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

1 INTRODUÇÃO

Define-se Economia Verde o novo modelo desenvolvimentista preservacionista lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em contraposição à economia marrom que objetiva suprir a demanda pela identificação de um novo modelo de baixo carbono, baseado no melhor aproveitamento dos recursos naturais ao mesmo tempo, em que alia o crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental.

Para tanto, a Economia Verde abrange toda a cadeia produtiva, estimulando a inovação, o desenvolvimento de tecnologias limpas e as práticas sustentáveis de diversos setores com foco na eficiência, no uso de recursos, redução de emissões de carbono, estímulo à inovação verde, fomento à inclusão social, conscientização sobre a preservação ambiental e o bem-estar coletivo.

Acerca do desenvolvimento regional a ser implementado no contexto Amazônico, deve ser endógeno com o propósito de promover a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. Sendo realizado de dentro para fora e de baixo para cima a partir da identificação das potencialidades sociais e econômicas originais e com ampla participação dos atores locais organizados e com poder de decisão.

Para tanto, ao longo deste texto, objetivamos discutir a importância das cadeias produtivas como elementos impulsionadores do desenvolvimento regional endógeno amazônico. Levando-se em consideração o modelo econômico da Economia Verde.

O fomento das cadeias produtivas na Amazônia além de gerar emprego e renda de forma sustentáveis e agregar valor aos produtos da floresta é imprescindível para combater o desmatamento ilegal. Porém, além de ações coordenadas faz-se necessária a colaboração por parte de todos os atores: governo, sociedade civil organizada e setor privado.

Por fim, a reestruturação das cadeias produtivas de produtos da floresta tem o potencial de impulsionar a economia regional, gerar R\$ 38,6 bilhões até 2050, transformando a realidade socioeconômica da Amazônia e de quem nela reside.

2.1 CADEIA PRODUTIVAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

O termo Cadeia Produtiva teve sua origem no setor agrícola com ampliação de visão a partir de dentro para antes e depois da porteira da fazenda. Trata-se de um conceito de difícil definição, mas bastante presente na literatura (Prado, J. *et al.*, 2021).

Para Bueno (1996), cadeia designa corrente; uma série de qualquer coisa. No sentido mais amplo, remete à ideia de sequência ou elos interdependentes.

De acordo com Pedroso, Estivalet e Begnis (2004), as cadeias produtivas constituem conjuntos de componentes interativos semelhantes aos sistemas produtivos agropecuários e agrofloretais, com o propósito de fornecer serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, comercialização e distribuição além de consumir o subproduto da cadeia.

Para De Castro, Lima e Cristo (2002), cadeia produtiva em termos conceituais desenvolveu-se como um instrumento de visão sistêmica, a partir da premissa de que a produção de bens poderia ser representada com um sistema, onde os diversos atores estavam interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado final com produtos do sistema.

Ainda para os autores (2002), o conceito possui grande potencial de extrapolação para diversas outras áreas, possibilitando a universalização conceitual e permitindo utilizar suas capacidades e ferramentas analíticas para a formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento em inúmeros processos.

De acordo com Zylbersztajn (1995), o enfoque tradicional de cadeias considera três subsistemas, sendo: a) produção: engloba a produção da indústria de insumos e produção agropastoril. b) transformação: focaliza a transformação industrial, a estocagem e o transporte e c) consumo: permite o estudo das forças de mercado. Para tanto, ainda para o autor é possível que os subsistemas possam competir entre si para suprir a demanda dos consumidores.

De acordo com Castilho e Frederico (2010), cadeia produtiva constitui um conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em segmentos (elos) de uma corrente sendo o resultado da crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos.

Ainda para os autores (2010), as cadeias são criadas pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social. Para tanto, as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, amplia a articulação entre os agentes.

Para o MDIC (2016), o uso do conceito de cadeia produtiva permite, entre outros: a) visualizar a cadeia de modo integral; b) identificar debilidades e potencialidades nos elos; c) motivar articulação solidária dos elos; d) identificar gargalos, elos faltantes e estrangulamentos; e) identificar os elos dinâmicos, em adição à compreensão dos mercados, que trazem movimento às transações na cadeia produtiva; f) maximizar a eficácia político-administrativa por meio do consenso em torno dos agentes envolvidos; g) identificar fatores e condicionantes da competitividade em cada segmento.

Acerca das cadeias produtivas na Amazônia cabe a seleção por produtos florestais não-madeireiros inseridas no extrativismo tradicional amazônico com destaque para produtos já amplamente conhecidos como o açaí e a castanha e outro ainda em fase de estudos como o camu-camu.

Enríquez (2008, p. 120), destaca que as cadeias produtivas amazônicas refletem a realidade de regiões pobres onde grande parte das comunidades nativas convivem com modelos extrativistas de exploração da biodiversidade e uma parte expressiva da população vive em sistemas localizados em unidades de conservação (Reservas de Desenvolvimento Sustentável, FLORA, RESEX, etc).

A Amazônia por suas características geográficas e formação social extremamente dispersa e absoluta falta de instituições de pesquisa consolidadas que agreguem valor aos produtos das cadeias produtivas, é muito difícil pensar na adequação dos conceitos tradicionais de cadeias produtivas ou de arranjos existentes nos países desenvolvidos. Dessa forma, é necessário um melhor entendimento de como ocorrem os processos de coordenação das atividades ao longo da cadeia produtiva, de que maneira se pode induzir sua transformação, além de saber como pode acontecer uma transição de aglomerados geográficos distantes e esparsos para arranjos e sistemas produtivos mais dinâmicos (Enríquez, 2008).

Para o autor (2008, p. 122), destaca que um dos maiores desafios dos produtos do extrativismo tradicional é a agregação de valor aos produtos atualmente comercializados apenas como matérias-primas. Para tanto, destaca que os produtos devem procurar novos nichos de mercado e aproveitar as novas tendências de uso dos produtos da biodiversidade.

Existem diversos compradores incentivando comunidades a diversificarem seus mercados, já que o ciclo de vida dos produtos da biodiversidade é muito curto, razão pela qual a constante inovação é o requisito principal, no sentido de evitar a saturação do mercado e queda dos preços dos produtos elaborados. No entanto, essa nova oportunidade deve ser rapidamente aproveitada já que se o consumidor muda de gosto a oportunidade também desaparece (Enríquez, 2008).

Para o autor (2008), entre os gargalos de inibem o dinamismo das cadeias produtivas na Amazônia, temos: ausência de padronização do processo, escalabilidade, infraestrutura e vias

de escoamento, falta de conhecimento das etapas da cadeia, ampliação de mercado, ausência de nicho bem como a dificuldade de agregação de valor ao produto.

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa WRI Brasil em parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – Idesam (2022), estima-se que as cadeias produtivas amazônicas tenham o potencial de gerar algo em torno de R\$ 38,6 bilhões até 2050 a partir de iniciativas que impulsionam a geração de renda com inclusão socioprodutiva e agregação de valor ao mesmo tempo em que mantém a floresta em pé.

Ainda segundo o estudo (2022), extração e manejo (assistência técnica e crédito), beneficiamento primário (estruturação e organização social), transformação (inovação e pesquisa, tecnologia), comercialização (acesso a novos mercados, remuneração e acordos comerciais), consumo (certificação, sensibilização) constituem melhores práticas e elementos imprescindíveis para impulsionar as cadeias produtivas dos produtos da floresta.

De acordo com Silva (2023), os desafios amazônicos são proporcionais à imensidão regional. Dessa forma, ainda segundo um estudo da WRI Brasil (2024) uma das barreiras para o desenvolvimento das cadeias produtivas é promover a transparência e a rastreabilidade ao longo do processo, mas muito se tem avançado no sentido de incluir inovação e novas soluções.

As ferramentas e soluções devem atender a quatro condições, com destaque para: alinhamento entre atores envolvidos, condições regulatórias favoráveis, colaboração abrangente e inclusão de pequenos produtores.

Como observamos, o fomento das cadeias produtivas na Amazônia além de gerar emprego e renda de forma sustentáveis e agregar valor aos produtos da floresta é imprescindível para combater o desmatamento ilegal. Porém, além de ações coordenadas faz-se necessária a colaboração por parte de todos os atores: governo, sociedade civil organizada e setor privado.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

De acordo com Federwisch e Zoller (1986), o debate acerca do desenvolvimento regional local endógeno divide-se em duas tendências: uma de natureza indutiva (mais descritivos e que partem de estudos específicos e peculiares) e outra considerada dedutiva (partem de postulados gerais e tem como base a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas).

De acordo com Amaral Filho (1996, p.8), a teoria do desenvolvimento regional endógeno nasce na década de 1980 a partir de duas hipóteses: é fruto de pressão exercida pelos dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações; ou que tenha surgido a partir de ideias e preocupações antigas levantadas pelos clássicos, neoclássicos e heterodoxos (neomarxistas, neo-schumpeterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas).

Portanto, a tese consensual decorrente é que: “se um país, região ou local que dispõem desses fatores podem elevar com maior facilidade o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda”. Ainda para o autor, é neste ponto que reside a contribuição da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à criação de externalidades e bens coletivos (1996, p.10-11).

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de uma economia aberta e sustentável. Constituindo, assim num processo de ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico

implementado na econômica local e/ou a atracão de excedentes provenientes de outras regiões (1996, p.14).

Ademais, resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido e que vem de dentro pra fora e de baixo para cima, partindo das potencialidades sociais e econômicas originais a partir dos atores locais e não mais do planejamento centralizado através de organizações sociais regionais (que são relevantes para as decisões dos atores locais) conduzidas pelo estado (Amaral Filho, 1996).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo estabelecido, sendo: discutir a importância das cadeias produtivas como elementos impulsionadores do desenvolvimento regional endógeno amazônico.

Para atingir tal propósito, fez-se uso de material de cunho bibliográfico e documental como meio de investigação a partir de fontes secundárias, de publicações impressas e/ou disponíveis na internet.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que, a partir dessa base teórica, se optou por apoiar-se também na pesquisa do tipo descritiva, que tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever o estado da arte nos temas escolhidos.

De maneira complementar, é possível classificar a presente pesquisa também como exploratória, pois os conhecimentos acerca dos temas ora discutidos estão em processo de construção e aprofundamento.

Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos selecionados para a construção do artigo.

CONCLUSÃO

Iniciamos este texto visando discutir a importância das cadeias produtivas como elementos impulsionadores do desenvolvimento regional endógeno amazônico. Uma vez que, a Economia Verde é apontada como o novo e promissor modelo econômico capaz de reduzir os impactos das mudanças climática e retardar a elevação da temperatura da terra, evitando o que os cientistas chamam de “ponto de não retorno”.

Dada a incomparável biodiversidade amazônica e sua importância global para enfrentar o desafio das mudanças climáticas, cabe a todos nós a busca por alternativas que possam conciliar o tripé econômico, social e ambiental. Lembrando que a Amazônia não é apenas um território imensurável de cobertura florestal. Trata-se de uma região que abriga aproximadamente 38 milhões de pessoas que vivem em situação extrema de vulnerabilidade social.

É neste contexto que também temos preocupantes indicadores de pobreza, tais como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), pobreza, extrema pobreza, informalidade, desemprego e renda *per capita* certificam que o modelo de desenvolvimento econômico implementado na Amazônia é insustentável e expõe um conjunto de carências, vulnerabilidades e contrações regionais elucidando que a região permanece entre as mais pobres do país. Ademais, a realidade Amazônica abriga questões estruturantes que pesam e acirram a realidade regional clamando por prioridade, tais como: educação, segurança alimentar, água potável e inclusão energética.

Assim, a identificação de um modelo de desenvolvimento regional se adequadamente implementado deverá contribuir para a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, a partir da identificação das potencialidades regionais e com a participação dos atores locais além de manter a floresta em pé.

Para tanto, evidenciamos a necessidade de cooperação entre múltiplos atores, tais como: o setor público, o setor privado, instituições de ensino e pesquisa regionais, tecnologia,

conhecimento tradicional e investimento direcionando uma política pública assertiva em prol do fortalecimento das cadeias produtivas para o correto e amplo desenvolvimento regional com foco na Economia Verde.

Acerca das cadeias produtivas no contexto amazônico, elucidamos que estas refletem a realidade de regiões pobres aonde grande parte das comunidades nativas convivem com modelos extrativistas de exploração da biodiversidade e uma parte expressiva da população vive em sistemas localizados em unidades de conservação.

A estruturação das cadeias produtivas dos produtos da floresta contribuirá para impulsionar a Economia Verde como modelo de desenvolvimento regional tornando menos atrativas atividades predatórias tais como: exploração madeireira, mineral além de inibir a atuação de novos empreendedores de *commodities* que ao longo dos anos causaram impactos sobre a floresta não contribuindo para o desenvolvimento regional ou qualquer processo de transformação que a região necessita.

Por fim, necessitamos de uma alternativa para a Amazônia que tenha potencial para gerar emprego, renda, inclusão social e produtiva nas comunidades locais, promovendo uma mudança na lógica produtiva atual que promove o desmatamento. Sai de cena a extração predatória dos recursos naturais e dos biomas e entra a valorização da floresta em pé e do que é produzido em cada ecossistema “O futuro do Brasil passa necessariamente pelo futuro da Amazônia”.

REFERÊNCIAS

- Amaral Filho, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.
- Bueno, Silveira. Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, LISA, 1996.
- Castillo, Ricardo.; Frederico, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & Natureza. Soc. nat. (On-line), v. 22, n. 3, Uberlândia, Dez./2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132010000300004>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- De Castro, Antônio Maria Gomes.; Lima, Suzana Maria Valle.; Cristo, Carlos Manuel Pedroso Neves. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. XXII Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica. Salvador, 2002.
- Enriquez, Gonzalo. Desafios da Sustentabilidade na Amazônia: Biodiversidade, Cadeias Produtivas e Comunidades Extrativas Integradas. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2008. Disponível em: icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6730/1/2008_GonzaloEnriqueVasquezEnriquez.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.
- Federwish, Jacques.; Zoller, Henry. Technologie nouvelle et ruptures regionales. Paris: Economica, 1986.
- IDESAM. Caminhos para o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica: melhores práticas nos elos das cadeias produtivas da castanha-do-brasil e do cacau. 2024. Disponível em: https://idesam.org/wp-content/uploads/2024/02/idesam-castanhaecacau-melhorespraticas-estudo_completo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.
- MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Cadeia Produtiva. Disponível em: <www.mdic.gov.br/competitividade-industrial/acoes-e-programas-11/conceituacao>. Acesso em: 6 ago. 2024.
- Pedrozo, Eugênio A.; Estivaleta, Vânia Fátima de Barros; Begnis, Heron SM. Cadeia (s) de Agronegócio: Objeto, fenômeno e abordagens teóricas. Anais do Enanpad, 2004.
- PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Sobre Economia Verde. 2008. Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/green-economy/about-green-economy>. Acesso em: 01 jun. 2024.

PNUMA. Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. 2012. Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/green-economy>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Prado, Jamaika.; Brito, Gisele.; Martins, Isabela.; Resende, Marcelo. Análise da produção científica sobre cadeias produtivas entre 2012 e 2018. Economia e Políticas Públicas, v. 9, n. 2/2021. Disponível em: <file:///c:/users/miche/downloads/1.+análise+da+produção+científica.pdf>. acesso em: 20 ago. 2024.

Silva, Michele. Bioeconomia: uma alternativa para o desenvolvimento da Amazônia. Caderno Adenauer, Ano XXIV, 2023 In: Política ambiental brasileira: renovação e desafios. Disponível em: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/cadernos-adenauer/detail/-/content/politica-ambiental-brasileira-renovacao-e-desafios>. Acesso em: 23 fev. 2024.

WRI Brasil. A complexidade das cadeias produtivas ainda é uma barreira para o fim do desmatamento. 2024. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/complexidade-das-cadeias-produtivas-ainda-e-uma-barreira-para-o-fim-do-desmatamento>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Zylbersztajn, David. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese de Livre Docência, Departamento de Administração. FEA/USP, 1995.